TURISMO, SOBERANIA POPULAR E AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL: POR UMA PRÁXIS TURÍSTICA EMANCIPATÓRIA

Thiago Sebastiano de Melo
Universidade de Brasília

RESUMO

As práticas dos movimentos sociais na busca por sua autodeterminação territorial e construção da soberania popular estão sintonizadas com o turismo? É possível estabelecer uma relação entre as (novas) táticas de viabilização das ações destes movimentos com a construção de uma práxis turística emancipatória? Estas são as questões centrais que permeiam este texto. Fruto de uma revisão bibliográfica e da análise das recentes ações do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, importante representante dos movimentos sociais no campo (com forte rebatimento na cidade), o trabalho objetiva apontar pistas para uma reflexão sobre a construção de uma práxis turística emancipatória vinculada à alimentação saudável e à forma como os movimentos se organizam da base até suas ações de maior repercussão social.

Palavras-chave: Turismo, MST, autodeterminação territorial, soberania popular.

Tourism, popular sovereignty and territorial self-determination: For an emancipatory tourist praxis

ABSTRACT

Are the practices of social movements in the search for their territorial self-determination and construction of popular sovereignty in tune with tourism? Is it possible to establish a relationship between the (new) tactics of enabling the actions of these movements with the construction of an emancipatory tourist praxis? These are the central questions that permeate this text. The result of a literature review and analysis of recent actions of the Landless Workers Movement – MST, an important representative of social movements in the land (with a strong impact on the city), the work aims to point out clues for a reflection on the construction of an emancipatory tourist praxis linked to healthy eating and the way movements organize themselves from the base to their actions with greater social repercussion.

Keywords: Tourism, MST, territorial self-determination, popular sovereignty.

INTRODUÇÃO

A precarização dos postos de trabalho no setor de serviços é uma realidade (Antunes, 2018; Nunes, 2011). Essa condição de precariedade, sobretudo num país com acentuada desigualdade social, como o Brasil, faz com que tais postos sejam procurados e ocupados como "última alternativa". Claro que esta não é a realidade para todos, como de resto também não é a realidade para quem ganha dinheiro com sexo. No entanto, negar a influência das condições objetivas nas determinações trabalhistas é como querer tapar o sol com a peneira.

No Brasil, não é raro quem opte por uma ocupação no conjunto das Atividades Características do Turismo – ACTs, tal qual apontado em Melo (2018), como um trabalho temporário, particularmente em bares e restaurantes e na hotelaria. Tendo como características marcantes a alta rotatividade e a não "qualificação" formal. Tais aspectos se combinam com baixos salários e sobrecargas de trabalho, o que não comparece centralmente nas refinadas teorias acerca da complexidade da fidelização dos clientes, da qualidade total no atendimento ou da capacitação para o bem servir.

Ao se estabelecer tacitamente a naturalização destas condições, revigora-se a lei de que "o cliente tem sempre razão" e de que quem presta o serviço está ali "ao seu dispor", ou, no caso, à disposição de quem paga. Submetidos às condições de que "isso é o que tem para o momento", ou como diz Antunes (2018) de que há um "privilégio" nessa condição servilista, os sujeitos suportam o que é preciso até que tenham condições melhores ou, nos piores casos, não consigam mais ter sobre si as humilhações, as pressões, a má remuneração etc. Daí o porquê de as redes *fast food,* por exemplo, bem como grande parte dos equipamentos de restauro que lançam mão desse expediente de exploração, terem uma alta rotatividade em seu quadro de funcionários.

Se, num cenário de desemprego estrutural, o aumento da oferta de empregos no conjunto das ACTs destoa positivamente, parece óbvio que uma práxis emancipatória, que não tenha compromisso apenas com os bonitos discursos sustentáveis, moralistas e modernizantes, forme profissionais que pressionem por melhores condições trabalhistas e por uma redução na jornada de trabalho. É dizer, o turismo na perspectiva da Saúde do/a Trabalhador/a – SdT.

Em vez de apoiar o desmonte do Estado e da legislação trabalhista, os sujeitos coletivos envolvidos com as ACTs prestarão um significativo aporte social ao advogarem pela renda universal, por exemplo, como uma maneira de potencializar o turismo como direito humano universal. A Europa já começa a implementar experiências de renda básica universal em seu território, e a ideia/necessidade espalha-se pelo mundo (Roque, 2018; Vega, 2018).

Com renda e educação soa mais realista termos sujeitos modernos, viajados e lidos, que respeitem os diferentes territórios, as diferentes existências. Mas este é um horizonte distante ainda. Ao alcance dos pés, das mãos e da imaginação, está uma sociedade repleta de contradições. Lidar com essas contradições é a melhor maneira de o turismo encontrar seu espaço na luta política cotidiana. Os

mecanismos de controle social, por exemplo, podem ser decisivos para o controle popular das inversões cada dia maiores nessa área. A inserção das produções artesanais derivadas de programas de transferência de renda nos circuitos turísticos regionais também é uma boa alternativa, entre inúmeras outras formas de tratar as contradições, revelando-as, amenizando-as e buscando superá-las.

Tendo como objetivo central apresentar uma compreensão a respeito da contribuição das experiências turísticas desenvolvidas pelos movimentos sociais para construção da soberania popular calcada no fortalecimento dos territórios, fez-se uma revisão da literatura especializada e correlata e buscou-se nas experiências empíricas e formulações teórico-programática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST as mediações para as análises apresentadas.

O turismo pensado estritamente enquanto visitas aos assentamentos de reforma agrária vem demonstrando crescimento desde o início do século (Melo, 2012). Por isso mesmo, desponta a necessidade de elaborações teóricas que sejam capazes de abordar o turismo como um fenômeno social, atentando-se para as disputas concretas de tais experiências (Melo; Souza, 2011; Melo, 2011).

Ressalta-se que dois paradoxos têm suscitado uma cadeia de ações que demonstram ser potencialmente fortes na batalha das ideias contemporâneas: a alimentação e a busca por vivências “reais”. Elas sintetizam as contradições fundamentais do nosso tempo. Assim, apontam-se algumas questões para o debate sobre alimentação e ações que guardam relação com as ACTs e que, por isso, são tomadas como experiências turísticas; ressaltando seu caráter de “encontro com o real”.

Alimentação saudável, eventos e experiências turísticas engajadas: Um caminho para o fortalecimento da emancipação nos territórios

Misnerovicz (2016), partindo do acúmulo e das elaborações do MST, buscou salientar como a alimentação é uma síntese das contradições de classe desse momento histórico e como ela expõe mais fortemente os limites de distintos projetos de sociedade numa dimensão imediata da reprodução social, física e simbólica. Mesmo numa vida tipicamente urbana, desligada dos aspectos culturais da alimentação, os sujeitos começam a se dar conta de que passam por um processo sistemático de envenenamento e de precarização de sua alimentação cotidiana e respondem mudando seus hábitos de consumo. Por isso, crescem os mercados de produtos orgânicos, por exemplo.

O MST, há muito tempo, está alerta para o turismo como um componente do diálogo com o conjunto da sociedade. Mendes (2009), então coordenador nacional do movimento, já apontava para a tendência de crescimento da pauta do turismo nas reflexões dos movimentos sociais, muito embora também frisasse que isso demandaria tempo, por uma série de questões que não colocam o turismo como uma prioridade na pauta desses movimentos. Desde esse diálogo com essa e outras lideranças do MST, fiquei atento para o fato de que, na contramão dessa não

priorização, as ações que aproximam o movimento do turismo crescem rapidamente. A alimentação tem, nisso, papel central.

Nos trabalhos de base, por sua vez, o diálogo com as famílias é de que a luta pela terra está diretamente conectada à construção de outro modelo de organização social, que passa por outro projeto para o campo e para a cidade, e, portanto, rebate diretamente na alimentação. A agroecologia é apresentada como uma forma de interação metabólica que está além da matriz produtiva, ainda que passe pela transformação desta. As relações com o meio, o sentido do comer, do plantar, do que se planta e do como se planta vão constituindo a experiência de transição entre maneiras antagônicas de perceber e viver a realidade. Claro que não de um dia para outro e não sem uma transição que requer formação, tempo, experiência prática e teórica, além de visualização de resultados.

Essa orientação estabelece a comunicação nas diferentes escalas organizativas do movimento e começou a ser impulsionada com a comercialização direta em feiras, dentro e fora dos espaços do movimento, e em eventos culturais. As visitas regulares organizadas por escolas e universidades aos acampamentos e assentamentos, as pamonhadas, as feiras de comercialização e as festas religiosas vão dando forma a essa interação cada dia mais dinâmica e mais potente entre sociedade e Sem Terras. Por isso que a camponesa Suelly Oliveira, do acampamento Marielle Franco, diz que está “realizada por fazer parte dessa luta. Porque eu entendo que hoje é o caminho que nós temos para seguir” (MONCAU, 2023)

O ápice dessa estruturação é a Feira Nacional da Reforma Agrária. Em suas três edições, sempre respondeu por uma média de público digna dos grandes eventos sediados na capital brasileira do turismo de eventos, o município de São Paulo. As quatro edições do evento tiveram lugar no Parque da Água Branca, importante espaço de eventos do município. Em 2019, o evento não ocorreu por uma proibição do então governador do estado, João Doria, notório opositor do Movimento.

No entanto, dada a visibilidade e reconhecimento da feira, em 2019 o evento foi incluído no calendário oficial de eventos do município, o que garante uma segurança para as edições futuras (MST, 2021a, não paginada).

> Em 2019, o evento não foi realizado porque o governo João Doria (PSDB) vetou o uso do parque da Água Branca, que sediou as três edições anteriores. “Entrar no calendário de eventos da cidade também ajuda nesse sentido, porque foi um absurdo a negação do parque da Água Branca”, afirma Tatto.
> Gilmar Mauro, membro da coordenação nacional do MST, ressalta que a Feira Nacional da Reforma Agrária é uma referência na defesa da alimentação saudável e de um novo modelo de produção agrícola.

Mas, antes de chegar até a capital paulista, a organização para tanto é que importa. Com uma agroindústria forte e produzindo uma boa diversidade de produtos *in*

natura e beneficiados, o movimento poderia ficar restrito às feiras regionais e estaduais que também acontecem, algumas há muitos anos. Apostar numa feira nacional na capital econômica do país é expor publicamente a competência do campesinato brasileiro para se organizar, produzir e resistir, bem como a necessidade da efetivação de uma reforma agrária e da superação do modelo hegemônico para o campo brasileiro – calcado no discurso na modernização, nunca é demais repetir.

Para formar politicamente os sujeitos e essa formação humanista ser a mediação dessas atividades turísticas nos diferentes eventos organizados pelo movimento, o MST, em seu VI Encontro Nacional, ocorrido em Brasília em 2014 – um grande evento com mais de 15 mil pessoas –, decidiu, apoiado por um grupo de docentes de diferentes instituições de ensino nacionais e internacionais, que, a partir daquele ano, seriam organizadas as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (Jura). Voltar a pautar a questão agrária amplamente na educação brasileira exigia diferentes táticas. E, novamente, o turismo despontou no debate, não só porque a própria organização de evento compõe as ACTs, mas principalmente em função de que as visitas aos espaços organizados pelo movimento, bem como os eventos abertos à sociedade e/ou realizados fora dos espaços das universidades têm tido relevante papel nas edições da Jura.

A Jura tem propiciado ampliar o conhecimento sobre o movimento, sua organicidade, suas bandeiras, seus princípios em diferentes cursos em todo o país e no exterior. Ao mesmo tempo em que educandas e educandos conhecem o movimento de modo teórico-prático, a militância do movimento mostra suas ações-reflexões, seus conhecimentos e também se forma nas atividades da Jura, como se observa nas figuras de 01 a 05. Tais vivências demandam que a elaboração teórica sobre turismo seja capaz de dialogar com as necessárias aproximações com a educação do campo (Melo; Pinto, 2013).

Figura 1. Juventude do MST em mística de abertura da IV jura na UFG.
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 2. Juventude participando do espaço de formação da IV jura na UFG.
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 3. Acampado(a)s em mística para receber visitantes da universidade. Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 4. Troca de experiência sobre a vida no acampamento. Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 5. Coordenador do MST e discentes da UFG em roda de conversa com funcionárias terceirizadas durante a I Jura em Goiânia. Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Conhecer a organicidade e os princípios contribui para desmistificar a imagem social que o discurso hegemônico constrói para os movimentos sociais. No entanto, a diversidade produtiva e a qualidade dos alimentos têm sido, ao longo dos anos, a grande força de diálogo do MST com a sociedade. E essas experiências permitem potencializar isso. Com acampamentos e assentamentos fortalecidos e produtivos, o movimento tem logrado manter feiras da reforma agrária em todo o país. Essa soma é o que possibilita a feira nacional.

Essa demanda por alimentos saudáveis e saúde atinge, inclusive, quem incoerentemente legitima o agronegócio; por isso, fazendeiros passam a plantar orgânicos (Miwa, 2018). O MST já é o maior produtor de alimentos orgânicos do Brasil (Carta Campinas, 2017). Todavia, isolado por uma forte trincheira midiática, a realidade não chega à população. Por outro lado, táticas de (re)conhecimento direto com as feiras organizadas pelo próprio movimento, nos eventos acadêmicos,

a participação em feiras de produtores e a ida da população aos espaços organizados pelo MST têm contribuído para romper esse isolamento.

Além da diversidade produtiva e da qualidade dos alimentos, o movimento está atento às demandas contemporâneas. Assim, os remédios homeopáticos, as comidas vegetarianas, as cervejas artesanais e puro malte, os artesanatos e os distintos movimentos artísticos têm lugar garantido nos eventos do MST, como mostra a Figura 06. “A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte”, diria o clássico verso da música dos Titãs.

Figura 6. Um pouco da diversidade nos eventos do MST.

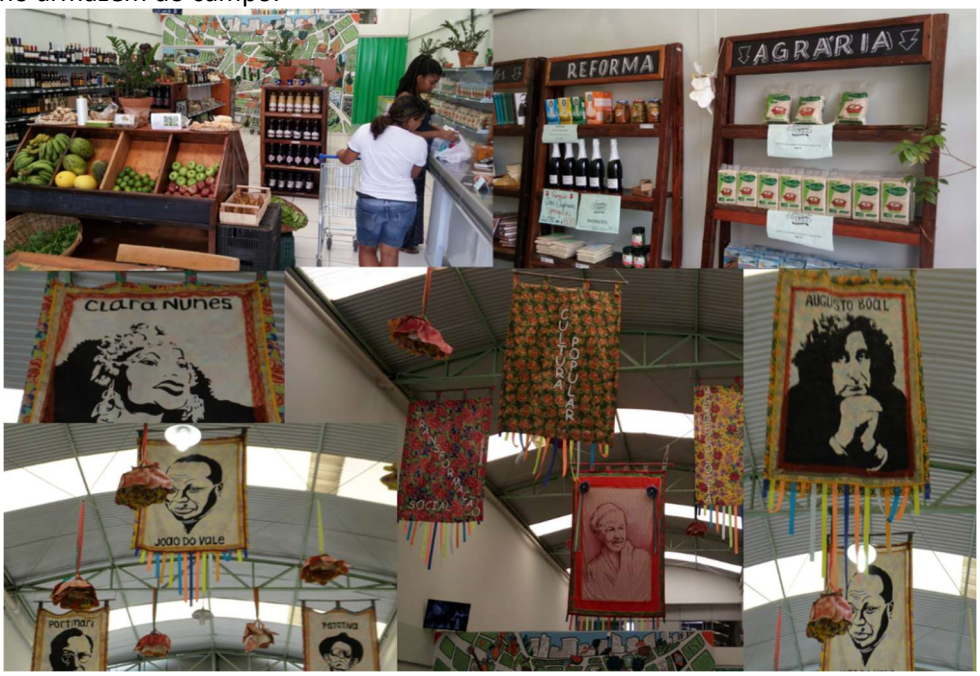
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

O complemento às feiras veio com a inauguração de uma rede de comercialização direta. Os Armazéns do Campo já compõem o rol de atrativos culturais nos municípios nos quais se encontra, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Figura 07). Assim como nos espaços organizativos e nos eventos, as palavras de ordem, a diversidade produtiva e a exaltação e homenagem de personagens-símbolos da luta por transformação social são a marca dos Armazéns, como se vê nas imagens do Armazém de São Paulo (Figura 8).

Figura 7. Divulgação de alguns armazéns do campo.

Fonte: Páginas das Redes Sociais dos Armazéns do Campo, 2018.

Figura 8. Palavras de ordem, exaltação da cultura popular e diversidade produtiva no armazém do campo.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

As lojas têm sido lugares de encontros e de eventos artísticos e literários, e recebem o apoio de personalidades. Esta é uma tática há muito utilizada pelo MST para combater a criminalização operada pela grande mídia e por parte do Estado. Antigamente, eram vídeos de artistas e intelectuais nacionais e internacionais; hoje, com as feiras, são os depoimentos ao vivo e a própria presença dessas pessoas que corroboram com a legitimidade da luta e com os caminhos seguidos pelo movimento. A diversidade destes artistas também é importante para a ressonância popular, que tem interesses e afinidades bastante diversificados. Expoentes das antigas gerações, novos artistas, artistas de destaque nos grandes veículos midiáticos, políticos e valorização da diversidade existencial dão forma ao leque que constitui esses eventos do MST, como mostra a Figura 09.

Sendo a Feira Nacional da Reforma Agrária, atualmente, o principal estandarte de toda a cadeia organizativa do MST, as demais ações reforçam-se com ela. As estruturas em memória de quem constrói a luta no dia a dia, muitas vezes pagando com a vida, são pontos de visitação e mediação importantes nessa batalha das ideias. O memorial do massacre de Eldorado dos Carajás e o pequeno museu construído ali mesmo na curva do S (Figura 10), onde anualmente a juventude paralisa a rodovia em memória de quem teve a vida ceifada por lutar por uma sociedade mais justa, bem como o museu em homenagem ao francês Henri Burin Des Roziers (Figura 11), conhecido como Frei Henri, que dedicou a vida no Brasil à causa dos mais pobres, são apenas alguns exemplos das infraestruturas que o Movimento erige e mantém nesse diálogo e nessa disputa por narrativas, mobilizando equipamentos e serviços inerentes às ACTs.

Figura 9. O Leque de apoio ao MST.

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 10. Memóriais do massacre de Eldorado dos Carajás e manifestação anual na curva do S.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 11. Memorial em homenagem ao Frei Henri em acampamento no Pará.

Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Cabe um breve parênteses para falar do fortalecimento das identidades e das territorialidades vinculados ao turismo no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK e na favela da Mafalala, em Moçambique. Em ambas as localidades, as lideranças comunitárias têm, por meio de práticas cotidianas, estruturado, do mesmo modo, a oferta de experiências turísticas vinculadas aos valores locais. Esta estruturação, gera amplo (re)conhecimento dessas lideranças, fortalecimento das identidades e, finalmente, do valor de uso desses territórios, evidenciado por estruturas como museus e memoriais que buscam consolidar posições de defesa dos mesmos, negando a sobreposição do valor de troca imposta por racionalidades hegemônicas e, frequentemente, operacionalizadas por um turismo que corre ao largo do diálogo e interesses das comunidades locais (Gouveia, 2021; Santos, 2019). Isso conota a força da disputa na esfera simbólica e na construção de narrativas que desvelem as sobredeterminações da metanarrativa capitalista, inclusive por meio do turismo. Fecho os parênteses.

A produção diversa e saudável se faz presente nos diferentes espaços e está associada às palavras de ordem, que são os princípios do movimento. Assim, ela comparece não só na feira nacional, como se vê na Figura 12, mas também nos acampamentos, assentamentos, feiras e eventos locais, regionais e estaduais. A comercialização dessa produção é veiculada de modo a reforçar os princípios do MST, mesmo quando não vincula imageticamente uma coisa à outra, como mostra a Figura 13. Esse não vínculo é uma das táticas de inserção para se sobrepor à associação negativa que parte da sociedade foi induzida a ter a respeito do movimento.

Figura 12. Diversidade produtiva na Feira Nacional da Reforma Agrária.

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 13. Divulgação de produtos da reforma agrária.

Fonte: Acervo de imagens do Google sobre comercialização de produtos da reforma agrária, 2018.

Esse contato social a partir da alimentação tem dado tanto resultado que, num caso de tentativa de despejo de 450 famílias acampadas há mais de 20 anos no acampamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais (que, pela própria temporalidade, denuncia a morosidade e o descompromisso do Estado com a questão), o movimento e apoiadorxs utilizaram, como bandeira de resistência e chamado popular, o café Guaií, como se confere na Figura 14 e na citação de matéria divulgada pelo jornal Brasil de Fato (2018, não paginada).

Nesta edição, o programa traz como destaque o caso do acampamento Quilombo Campo Grande, que produz o café orgânico e agroecológico Guaií. No início de novembro, a justiça aprovou uma liminar de despejo das cerca de 450 famílias que ocupam o local há mais de 20 anos. Os acampados vivem na área da usina falida Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), que encerrou suas atividades em 1996, apesar de ainda ter dívidas trabalhistas.

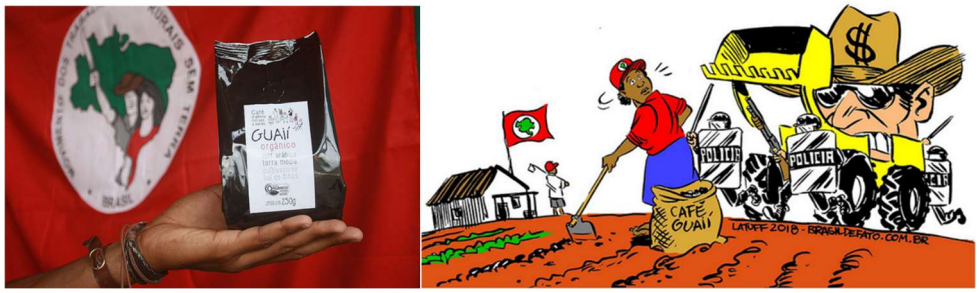
A carta de agradecimento do MST (2018, não paginada) após a decisão de suspensão do despejo revela que essa relação com os comerciantes e, consequentemente, com o conjunto da população (uma vez que é ela quem consome) é eficaz na reversão do estigma que a grande mídia, falando em nome dos interesses da metanarrativa capitalista, colocou nos movimentos sociais, especialmente no MST.

Agradecemos a todos e todas! Em especial ao povo de Campo do Meio, aos comerciantes e vereadores: sem vocês não seria possível nossa vitória! Vamos juntos resistir e mostrar como as sementes que plantamos em Campo do Meio, geraram frutos fortes que precisam de muitas mãos para colher.

Seguimos atentos, sabendo que essa foi mais uma etapa rumo à conquista. Sabendo da força que temos, juntos, seguimos mais confiantes. Essa decisão

comprova a legitimidade do Projeto de Reforma Agrária Popular. Seguimos cantando e plantando resistência até a vitória definitiva.

Figura 14. Café Guaií como símbolo da resistência camponesa.



Fonte: Jornal Brasil de Fato, 2018.

A aposta do MST em estabelecer um diálogo direto mais sistemático com a sociedade remonta ao final da década de 1990, quando foi lançado um projeto de agenciamento de visitas aos assentamentos no Rio Grande do Sul, cujo ápice foi durante o Fórum Social Mundial (Souza, 2001). Desde esse momento, todas as ações do movimento eram revertidas em tentativas de reforçar a criminalização e a deslegitimação dessa organização popular. Seguindo o tom pejorativo de Souza, a matéria da seção de Economia da revista IstoÉ Dinheiro (2003) trata o movimento como uma empresa capitalista e conclui que, ao utilizar sua estrutura para consolidar suas táticas de reprodução ampliada do capital, termina por perder seus militantes após o assentamento das famílias, pois estes se convertem, assim como o próprio MST, em capitalistas. No entanto, apesar das acrobacias discursivas e da falta de honestidade da reportagem, o que deu e dá até hoje margem para o receio de tratar diretamente com o Turismo (nessa forma hegemonicamente mercantil de relação com o outro e com o espaço), já se vislumbrava o potencial da atividade na aproximação social direta com a sociedade.

> Cachaça e turismo. O MST S/A, que já assentou 350 mil famílias em todo o País, também diversificou suas atividades e descobriu novos nichos de mercado. Um exemplo é a destilaria Paladar, que produz cachaça na Bahia? Queremos exportá-la para a Alemanha e a Itália?[i], disse Júlio César Campos, 36 anos, coordenador do setor de produção do MST baiano. Outro é a agência de turismo rural Turismo Solidário, também conhecida como MSTur, conduzida por Miguel Stédile, filho do líder da organização, o que já aponta um certo ar de empresa familiar na corporação. O foco da MSTur consiste em organizar visitas a assentamentos, onde são oferecidos churrascos e chimarrão aos visitantes. “Durante o último Fórum Social de Porto Alegre, levamos mais de 2 mil turistas, a maioria estrangeiros, aos

> assentamentos", revelou Stédile à DINHEIRO. Lá, eles conhecem produtos sem agrotóxicos, que são até exportados para vários países sob as marcas Sabor do Campo e Terra & Frutos, entre outras (IstoÉ Dinheiro, 2003, seção de Economia, grifos do autor).

A MSTur acabou não prosperando. As experiências envolvidas com o (re)conhecimento da organicidade do movimento não pararam, apesar disso. O próprio Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), que vicejou em muitos estados do país, já foi apontado como uma modalidade de turismo capaz de fortalecer os processos educativos e os sentidos da luta pela terra (Oliveira; Melo, 2011). Atualmente, com a expansão do diálogo e comercialização direta com a sociedade, os EIVs têm plenas condições de cumprir essa função, pois há um aumento da busca por experiências "reais". O tema é complexo e tem muitas imbricações. De momento, é suficiente dizer que há a busca por experiências que se distanciem do chamado turismo de massa, como também uma abertura e o sentimento de necessidade, desdobrado de uma educação que demonstra a limitação e alienação (a ruptura metabólica, como dizia Marx) do modo de vida contemporâneo, do (re)conhecimento da cadeia produtiva agrícola e dos modos de vida ligados a ela, inclusive de suas dinâmicas de atualização, já que não se tratam de sujeitos estanques e mumificados, nem devem ser assim tratados.

Vê-se, diante do exposto, que a produção de alimentos saudáveis é o fio que alinhava as ações do MST no tocante às ACTs. Já foi apontado que associar as produções agrícolas locais às experiências turísticas tem se mostrado um caminho promissor para o fortalecimento territorial, ao mesmo tempo em que as dinâmicas sociais precisam ser devidamente consideradas para que as experiências turísticas não concorram para o enfraquecimento destes territórios (Melo; Marques, 2022; Melo; Chaveiro, 2020).

Correlação de forças: as (novas) táticas na autodeterminação territorial e na soberania popular

Mesmo diante de um intenso ataque midiático que visa deslegitimar e criminalizar o Movimento, as táticas (turísticas) encontradas pelo MST, que vão desde fazer dos Armazéns do Campo equipamentos culturais até a junção do que há de mais potente em sua organicidade (sua diversidade produtiva e de produtorxs) com figuras públicas formadoras de opinião (artistas, representantes políticxs, intelectuais, jornalistas) em eventos bem organizados, que mesclam gastronomia, apresentações artísticas, artesanato, livros, espaços para crianças (cirandas) e espaços formativos, começam a vencer essa blindagem midiática e, por meio essencialmente da alimentação, a atrair simpatizantes dispostos a mudar seus hábitos de consumo, a lógica do consumo e conectar isso com um projeto de sociedade.

Outras importantes iniciativas estão em curso e merecem destaque, como o Mercado da Terra em Moçambique, o movimento mundial *Slow Food*, coletivos que articulam experiências étnico-referenciadas, as diferentes organizações em rede, a exemplo da Rede Baiana de Turismo Comunitário - Rede BATUC, entre tantas outras. O que confere às iniciativas do MST uma musculatura capaz de rearticular narrativas e reposicionar os peões no intrincado xadrez das contradições de classe é sua estrutura e organicidade, que interage com as pessoas desde o trabalho de base, passando por acampamentos e assentamentos, até chegar à feiras e eventos nacionais, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes, que atua como espaço internacional de formação socialista/comunista, alinhavando as diferentes dimensões e escalas em uma metanarrativa emancipatória, recolocando sua importância e negando que o fim da história seja a organização social e o modo de produção capitalista.

Passado o óbvio, há uma enormidade de tarefas a serem vencidas nessa nova seara de aproximação com o político, com esse conteúdo próprio da experiência humana – emancipatória/democrática, no sentido de Labica (2009) –, atualmente tragada pela narrativa turística hegemônica e reificada nos termos da metanarrativa capitalista. Se o ser humano é um ser político e, como pretendia Rousseau (2006), a legislação tem sobretudo a função de garantir a igualdade e a liberdade, a experiência turística não pode se furtar a partir daí a pressionar para que isso se cumpra, especialmente no particular à estas experiências.

Subestimar a força da experiência turística, corriqueiramente deixada à deriva nas disputas narrativas e de constituição de sentidos/concepções de mundo, de repor as categorias do real, dessa metanarrativa capitalista, mesmo quando nutrida das melhores intenções, tem se revelado um grande equívoco, seja no Brasil, com o turismo em favela sendo organizado por uma lógica estranha aos laços comunitários (estes que, na falta de mediações e condições objetivas de fortalecimentos, ficam reféns das sobredeterminações exteriores); seja em Cuba, onde se assiste uma reorganização de determinados territórios e de relações mediadas essencialmente pelo turismo e pelo valor de troca; seja em Moçambique, onde a privatização de praias é defendida abertamente pelos maiores expoentes do Estado e está vinculada à uma lógica de modernização dos territórios que fortalece a expansão do agronegócio nessas terras, com todas as contradições postas aos pressupostos turísticos.

Cientes da necessidade de contornar os desafios impostos pela correlação de forças, notadamente no que se concretiza em termos de inversões para agricultura empresarial-exportadora e para a agricultura fora do circuito das *commodities*, uma das mais recentes e vigorosas ações do MST foi abrir ações na bolsa para permitir inversões em suas cooperativas e associações. Tal como tentei demonstrar, estes ambientes são a base territorial de uma engenharia que permite vincular turismo e emancipação. A despeito das críticas mais conservadoras, esta é uma movimentação que permite reforçar o atrelamento da alimentação saudável às demais causas populares. O grande apoio, traduzido no número de investidores, indica que pode ser uma tática fundamental nesse momento de economia

financeirizada, ainda que não evite ou seja contraditório com a luta pelo reposicionamento do Estado e retomada das políticas públicas de financiamento da agricultura camponesa. E as experiências turísticas parecem ser importantes contribuintes para a reorganização dessa atual (e histórica) correlação de forças.

> Isso se dá a partir da consolidação de mais uma operação bem-sucedida de investimentos voltadas para as cooperativas da Reforma Agrária Popular, realizada por meio do movimento conhecido como Financiamento Popular da Agricultura Familiar (Finapop). Em operação inédita, em duas semanas, foi possível captar 17,5 milhões de reais em benefício direto à produção de 7 cooperativas e mais de 13 mil famílias assentadas.
> Dessa forma, apesar das dificuldades enfrentadas com a falta de auxílio, políticas de fomento e acesso à créditos, camponesas e camponeses seguem fomentando soluções com o desafio de semear a terra, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e por um preço justo (MST, 2021b, não paginada).

Tal instrumento não é desprovido das determinações de classe e por isso mesmo é um termômetro da relação que as ações do MST têm condições de estabelecer com o conjunto da sociedade se devidamente (re)conhecidas por esta. Note-se que foi vencendo a blindagem ideológica imposta há décadas pelos principais veículos midiáticos que o FINAPOP se tornou realidade (MST, 2021b, não paginada).

> Foi conhecendo de perto essa realidade que o economista Eduardo Moreira e João Paulo Pacífico, fundador do Grupo Gaia, se tornaram agenciadores da captação de recursos que beneficiam a produção das cooperativas da Reforma Agrária Popular, conquistadas pela organização popular forjada na luta do MST.
> “Sempre ouvi na mídia que o MST era um grupo de terroristas que roubava e não trabalhava… até que um dia o meu amigo Eduardo Moreira resolveu viver por algumas semanas em acampamentos e assentamentos ligados aos Sem Terra”, cita Pacífico em artigo publicado após o sucesso da última operação, onde teve participação fundamental depois de enfrentar muitos entraves com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que regula o mercado financeiro e chegou a suspender a operação temporariamente.
> “Então, existe sim a expectativa de que novas operações sejam feitas, até por conta do sucesso dessa operação. Uma operação que teve 5 mil pessoas abrindo conta, interessadas em investir, e só 1.500 pessoas conseguiram investir”, cita Eduardo Moreira em entrevista ao MST. Isso porque muitas pessoas reclamaram que chegaram a abrir suas contas, porém não conseguiram contato com a corretora.

Uma tática inovadora que precisa ser mensurada em seus desafios e horizontes. De qualquer modo, a busca para apoiá-la é reveladora de um espaço a ser devidamente ocupado em uma correlação de forças na qual grupos hegemônicos se valem desde a surpreendente proibição de eventos, como ocorreu com a Feira Nacional da Reforma Agrária, até o controle rígido das inversões e financiamentos dos projetos de alimentação saudável e fortalecimento de territórios, com a salvaguarda da sociobiodiversidade.

Uma práxis turística emancipatória emana dessa estratégia popular de fortalecimento territorial e efetiva soberania popular. Emerge a condição para que uma agenda coletiva de pesquisas e ações possa ser um lugar de reforço para que os diferentes sujeitos envolvidos com a experiência turística tenham condições de pensar internacional e estruturalmente seus projetos e ações e agir a partir das tramas locais que estão postas.

Elaborações teóricas que auxiliem na consolidação desta práxis turística são requisitos para que não tenhamos experiências que escamoteiem o papel hegemônico histórico que o turismo tem cumprido na sociedade (Nascimento; Melo, 2023) e com isso concorram para o constrangimento da diversidade existencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carente de maiores esforços para compreensão da relação entre turismo e as (recentes) táticas dos movimentos sociais para sua viabilização, autodeterminação territorial e construção da soberania popular, parece razoável dizer que o MST explicita este nexo. Seja por meio dos eventos, dos quais se destaca a Feira Nacional da Reforma Agrária, evento de grande porte que foi incorporado no calendário oficial do maior município brasileiro, demográfica e economicamente falando, seja por meio de sua organicidade, na qual as ações exaltam suas práticas e objetivos (pontuais e estruturais), ao mesmo tempo que são fontes de formação para visitantes e para a própria base, o MST vem consolidando uma práxis turística que carrega suas bandeiras, seus desafios e suas propostas.

Merece destaque a rede de Armazéns do Campo. Num momento em que a alimentação se coloca como síntese das contradições de classe, esta infraestrutura oferece produtos, serviços e experiências condizentes com a composição do turismo em uma engenharia emancipatória. O lazer e a cultura são mediações que saem fortalecidas. O entretenimento deixa de ser mero instrumento de reificação de uma sociabilidade guiada pelos sinais da mercadoria. A correlação de forças entre o valor de uso e o valor de troca entra em xeque. É um jogo de vida ou morte, como a pandemia escancarou, para os mais otimistas com as promessas de reformas e correções da ordem capitalista, que precisa ser jogado considerando-se a regra de ouro: a vida humana é o parâmetro de todas as ações. E o turismo pode ser peça central desse xadrez.

Há um desafio substancial à medida que os próprios movimentos sociais, apesar de incorporarem dimensões do fenômeno turístico, expressos nas ACTs, em suas práticas, não nominam tais ações como expressões turísticas e pouco têm debatido a potencialidade do turismo, em sua complexidade, compor um eixo formativo e estruturante. A aprovação recente do primeiro curso de turismo no Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária – PRONERA é um indício de que há demanda nos territórios.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL DE FATO. Famílias produtoras do café Guaií resistem ao avanço do capital em Campo do Meio (MG). (2018) Disponível em: www.brasildefato.com.br/artes/2018/11/17/familias-produtoras-do-cafe-guaii-resistem-ao-avanco-do-capital-em-campo-do-meio-mg/index.html. Acesso em 30/Nov/2018.

CARTA CAMPINAS. MST e agricultores familiares são os maiores produtores de alimentos orgânicos do Brasil. (2017). Disponível em: www.cartacampinas.com.br/2017/03/mst-e-agricultores-familiares-mst-mst-sao-os-maiores-produtores-de-alimentos-organicos-do-brasil/.Acesso em 30/Nov/2018.

GOUVEIA, L. R. História e dinâmica do modo de produção hegemônico do capital no território kalunga e perspectivas de resistência. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo, 2021.

ISTOE DINHEIRO. A máquina empresarial do MST. (2003) Disponível em: www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20030806/maquina-empresarial-mst/19262. Acesso em 03/Dez/2018.

LABICA, G. Democracia e revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, T. S. Turismo na sociedade de consumidores: o discurso sobre turismo em assentamentos de reforma agrária como elemento de harmonização social. Anais. IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia: ANPEGE, 2011.

_____. Turismo e(m) assentamentos de reforma agrária: uma leitura dos anais do congresso brasileiro de turismo rural. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro, SP, 2012.

_____. Solvitur ambulando – uma viagem ruma à autodeterminação popular: análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como

componentes da metanarrativa capitalista. Tese: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

MELO, T. S.; SOUZA, J. G. Turismo e reforma agrária: primeiras aproximações teórico-críticas. AGRÁRIA. São Paulo. n. 14 p. 121-139, 2011.

MELO, T. S.; PINTO, M. P. A. As novas dinâmicas no campo brasileiro: uma reflexão paradigmática sobre turismo no espaço rural e educação do campo. In: Anais. X Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas: Unicamp, 2013.

MELO, T. S; CHAVEIRO, E. F. Quando a comida come o sujeito: atravessamento nas práticas alimentares dos povos Karajá – Aruanã – GO. Revista Okara: geografia em debate. Vol. 14 n. 1. – João Pessoa, 2020.

MELO, T. S.; MARQUES, A. L. V; Economia solidária e turismo como luzes para uma incursão pelos caminhos da transformação social: reflexões sobre grupos de consumo responsáveis a partir da rede Bem da Terra, Pelotas – Brasil. Sociedade e Território – Natal. Vol. 34, n. 2, 2022.

MENDES, Cledson. MST e turismo. [06 de Junho de 2009]. Entrevistador: Thiago Sebastiano de Melo. Rosana. Arquivo digital (25 min).

MISNEROVICZ, J. V. A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG. 166 f., 2016.

MIWA, J. Fazendeiros investem em agricultura orgânica após adoecerem com uso de agrotóxicos. (2018). Disponível em: www.thegreenestpost.com/fazendeiros-investem-em-agricultura-organica-apos-adoecerem-com-uso-de-agrotoxicos/. Acesso em 30/Nov/2018.

MONCAU, G. MST abre Feira Nacional em SP após 5 anos trazendo a produção da reforma agrária de todo o país. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2023/05/11/mst-abre-feira-nacional-em-sp-apos-5-anos-trazendo-a-producao-da-reforma-agraria-de-todo-o-pais. Acesso em 16/Mar/2024.

MST. Feira da reforma agrária entra no calendário oficial do turismo em São Paulo. (2019) Disponível em: www.brasildefato.com.br/2019/09/04/feira-da-reforma-agraria-entra-no-calendario-oficial-do-turismo-em-sao-paulo. Acesso em 23/Out/2021a.

_____. FINAPOP consolida horizontes de investimentos para a agricultura familiar e camponesa. Disponível em: www.mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/. Acesso em 30/Out/2021b.

NASCIMENTO, A. F.; MELO, T. S. Lazer e criminalização da existência: do corpo aos espaços públicos e privados. Revista da ANPEGE. Vol. 19, n. 40, 2023.

NUNES, J. H. A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços. (ORG). Goiânia: Ed PUC Goiás, 2011.

OLIVEIRA, R. F.; MELO, T. S. O Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) como mecanismo de fortalecimento educativo e das lutas pela reforma agrária no Brasil. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém-PA. Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém: Açaí, 2011. v. 1

ROQUE, T. Por causa de robôs ideia de renda básica ganha mais adeptos. (2018) Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/por-causa-de-robos-ideia-de-renda-basica-universal-ganha-mais-adeptos.shtml. Acesso em 30/Nov/2018.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social ou Princípios do direito político. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SANTOS, R. F. Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – UNB: Brasília, 2019.

SOUZA, C. A. Turistas do MSTur visitam assentamentos de sem-terra. (2001) Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u14352.shtml. Acesso em 01/Dez/2018.

VEGA, M. A. G. (2018) Renda básica universal: a última fronteira do Estado de bem-estar social. Disponível em: www.brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529054985_121637.html. Acesso em 30/Nov/2018.

Contato com o autor: sebastianodemelo@gmail.com
Recebido em: 02/02/2024
Aprovado em: 08/08/2025

[i] Os erros ortográficos constam do texto original